

Home >> Academia >> A China, Os EUA E A América Latina: A Busca Do Interesse Próprio Não Deve Implicar Em Escolhas Autodestrutivas

## A China, os EUA e a América Latina: A busca do interesse próprio não deve implicar em escolhas autodestrutivas



Ilustração/Diálogo

**POR R. EVAN ELLIS**  
**DEZEMBRO 06, 2023**

*Este artigo foi publicado originalmente no [Infobae](#) em 26 de outubro de 2023.*

De 22 a 25 de outubro de 2023, tive a honra de ser palestrante em um evento sobre as relações da República Popular da China (RPC) e dos EUA com a América Latina e o Caribe. O evento foi organizado pelo prestigiado Centro de Estudos da China para a América Latina (CELC) da respeitada Universidade Andrés Bello, em Santiago do Chile, logo após a viagem do presidente chileno Gabriel Boric à RPC para o 10º Fórum Anual do Cinturão e Rota e uma importante reunião bilateral com o presidente Xi Jinping.

As diferenças culturais entre os colegas dos Estados Unidos e da América Latina presentes no evento foram simbolizadas pela pergunta que definiu nosso seminário: “Quais impactos para a região da concorrência entre os Estados Unidos e a China? Eu era o “representante gringo” no painel, comandado por Xia, da Academia de Ciências Sociais da China (CASS), o ilustre ex-embaixador do Chile na RPC, Fernando Reyes, o lendário ex-diretor da CCI, o especialista para a América Latina e o Caribe, Oswaldo Rosales, e o respeitado estudioso brasileiro da China, Marcos Cordeiro.

Como eu disse aos meus colegas no evento, o avanço da China na América Latina e a resposta da região não é, como comumente se acredita, uma “competição” na qual os Estados Unidos buscam “bloquear” o direito dos países soberanos da região de se envolverem com quem quiserem. A região também não deve ver isso como um “leilão” no qual nossos vizinhos selecionam passivamente a oferta mais atraente entre os pretendentes concorrentes.

Os Estados Unidos, como parte do Hemisfério Ocidental, têm um interesse inerente no bem-estar da região, por meio de laços geográficos, comerciais e familiares. A ressonância que questões como drogas e migração têm na política interna dos EUA destaca que o que acontece na região afeta seus vizinhos do norte. É natural e legítimo que os Estados Unidos conversem respeitosamente com nossos parceiros no Hemisfério Ocidental sobre decisões que afetam nossa vizinhança compartilhada.

Para mim, os interesses dos EUA no Hemisfério Ocidental são consistentes com a busca do interesse próprio da região em relação à RPC. No entanto, assim como nos relacionamentos interpessoais que envolvem pretendentes, o “interesse próprio” (e a dignidade) da região envolve mais do que se jogar nos braços de quem lhe oferece o maior pacote de presentes. A região deve a si mesma avaliar honestamente sua própria condição e o caráter de seus pretendentes para decidir que tipos de interações, com quem, serão mais saudáveis para seu desenvolvimento, sua soberania, sua democracia e os direitos de seus cidadãos no longo prazo.

O envolvimento com a RPC traz, de fato, benefícios potenciais, bem como riscos substanciais. O problema é que, com muita frequência, ao buscar os benefícios esperados, as elites que fazem os acordos superestimam o “lado positivo” realista e sua capacidade de gerenciar os riscos. Elas são ajudadas a “vender” o que fizeram para seu povo pelo simbolismo de “grandes objetos brilhantes” – um estádio, um hotel ou uma rodovia. Essas discussões raramente incluem os detalhes de quem, em última análise, se beneficia com a construção e a operação desses projetos, quem paga, quais eram as alternativas ou os custos ambientais e sociais da atividade.

A capacidade de se beneficiar do envolvimento com a RPC depende de algo que muitas vezes não existe na região: uma estrutura de transparência, um governo que tenha mantido opções viáveis com vários parceiros e instituições sólidas para o planejamento de projetos, avaliação de contratos e licitações e para a supervisão do cumprimento dos compromissos contratuais e das leis aplicáveis por parte dos selecionados.

Os países “populistas” que recorrem à RPC após “queimarem suas pontes” com instituições e investidores ocidentais, e que se envolvem por meio de instituições politizadas sem controles e equilíbrios ou possibilidade de supervisão de seus negócios, são os que têm menos probabilidade de garantir os benefícios esperados dos acordos com os chineses. As interações com a RPC pelos regimes de Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Rafael Correa e Evo Morales estão repletas de exemplos de negócios chineses que não deram certo, incluindo a desastrosa barragem de Coca Coda Sinclair no Equador, o projeto abandonado da ferrovia Tinaco-Anaco na Venezuela e vários projetos de barragens e rodovias na Bolívia, incluindo aqueles em que a ex-amante do então presidente Morales, Gabriela Zapata, representou a empresa de construção chinesa CSCE como gerente nacional.

Algumas pessoas na América Latina procuram como se “beneficiar” da suposta “concorrência entre os EUA e a China”. O Brasil aumentou sua venda de produtos agrícolas de baixo valor agregado para a RPC, já que o país busca comprar menos da RPC. O México espera se beneficiar da expansão dos investimentos em “nearshoring” de empresas chinesas e ocidentais, interessadas no acesso contínuo ao mercado dos EUA dentro da estrutura do acordo de livre comércio EUA-México-Canadá (USMCA). Os países da região também esperavam se beneficiar dos investimentos da RPC em setores estratégicos como energia renovável, lítio, veículos elétricos, telecomunicações e outras tecnologias digitais.

A garantia desses benefícios, embora possível, depende quase que universalmente de um gerenciamento competente por meio de instituições fortes. O papel ativo do Estado chinês e do Partido Comunista em ajudar suas empresas a alcançar seus interesses em setores estratégicos, a habilidade dessas empresas em negociar contratos e coordenar entre si, e sua maior latitude para oferecer subornos e outros benefícios particulares aumentam a importância de que suas contrapartes latino-americanas tenham a maior capacidade institucional e técnica possível e uma posição de barganha para garantir que o acordo seja economicamente viável, criando benefícios equitativos para o país durante a “construção” e com o que for deixado para trás. Infelizmente, as fraquezas institucionais e as oportunidades de corrupção pública em grande parte da América Latina aumentam a probabilidade de que os acordos “ganha-ganha” beneficiem os chineses e as elites locais que os assinam, em detrimento do interesse de longo prazo do país. Esse é o mesmo padrão que tem ocorrido repetidamente ao longo da história da região, mas o estilo particularmente agressivo da RPC na busca de seus interesses comerciais e estratégicos aumenta o grau em que esses acordos podem prejudicar a região. A atual desaceleração do crescimento econômico da RPC, como consequência da crise no setor imobiliário e de um legado de excesso de dívidas, provavelmente só aumentará o grau em que as empresas sediadas na RPC buscarão se beneficiar de tais negócios. Ao mesmo tempo, o aprofundamento das crises econômicas e políticas dos governos latino-americanos, incluindo a autoexclusão de alguns regimes das opções de desenvolvimento orientadas para o mercado, apenas diminuirá as perspectivas de que suas negociações com a RPC produzam projetos com benefícios líquidos duradouros para o país.

O governo dos EUA não tem as ferramentas do estado autoritário da RPC para pressionar as empresas a investir em áreas que atendam a seus interesses estratégicos. No entanto, ele tem a capacidade e o precedente histórico de ajudar a região a fortalecer suas instituições, combater a corrupção e manter a transparência e a igualdade de condições legais para ajudar a região a garantir benefícios duradouros de quem quer que a região decida se envolver economicamente. Na verdade, a experiência da região em ser aproveitada pelos apelos populistas de suas elites deve fazer com que seu povo desconfie de grandes acordos com a RPC, justificados em nome de seu 1,4 bilhão de habitantes ou “escapando do imperialismo Yanqui”, sem licitações competitivas ou uma exposição transparente de seus termos. Um tema comum na história da América Latina é que os acordos que parecem bons demais para ser verdade, geralmente são.

posição oficial de nenhuma agência do governo dos EUA, da revista Diálogo, ou de seus membros. Este artigo da Academia foi traduzido à máquina.

## Comparar redes sociais



CONVERSA COM

VÍDEOS

GALERIA DE FOTOS

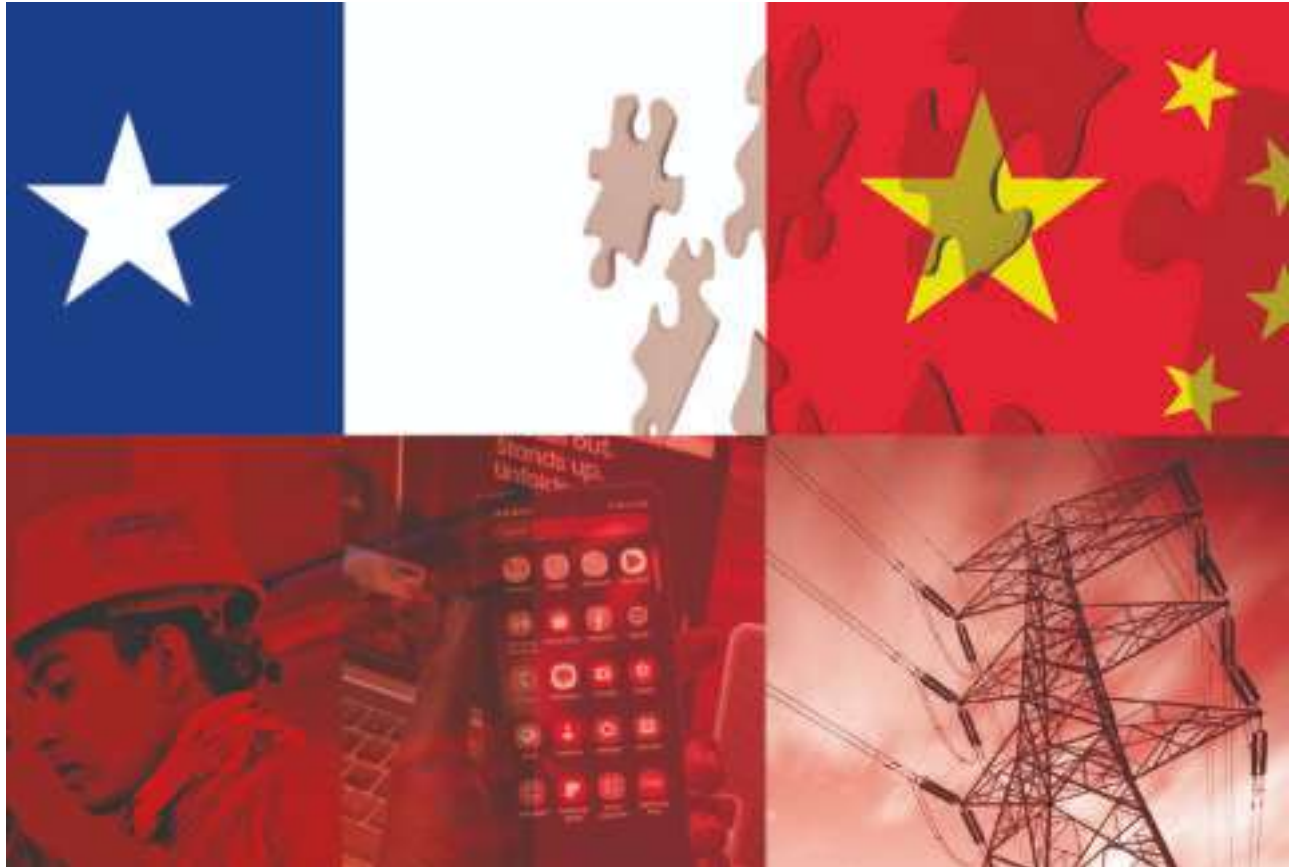
CARTOONS

REPORTAGEM ESPECIAL

ACADEMIA



## Postagens relacionadas



[O avanço da China no Chile](#)



### Retomada das relações do Irã com a América Latina

#### REPORTAGEM ESPECIAL

#### Riscos da infraestrutura de alto impacto “made by” China na Colômbia PARTE II

A Colômbia, ao contrário de outros países latino-americanos, era até recentemente quase imune à penetração chinesa. Entretanto, essa disciplina tem sido significativamente alterada nos últimos anos. De acordo com dados do Banco da República da Colômbia, o investimento direto da República Popular da China (RPC) no país andino triplicou em 2022. Esse aumento no investimento se deve, em grande parte, à crescente participação de empresas [ ... ]

[Leia este artigo](#) →

#### NOTÍCIAS



**Forças Navais do Comando Sul dos EUA realizam Simpósio Inaugural de Planejamento Marítimo**

dezembro 05, 2023



**Soldados superam lacuna de comunicação em Southern Vanguard 24**

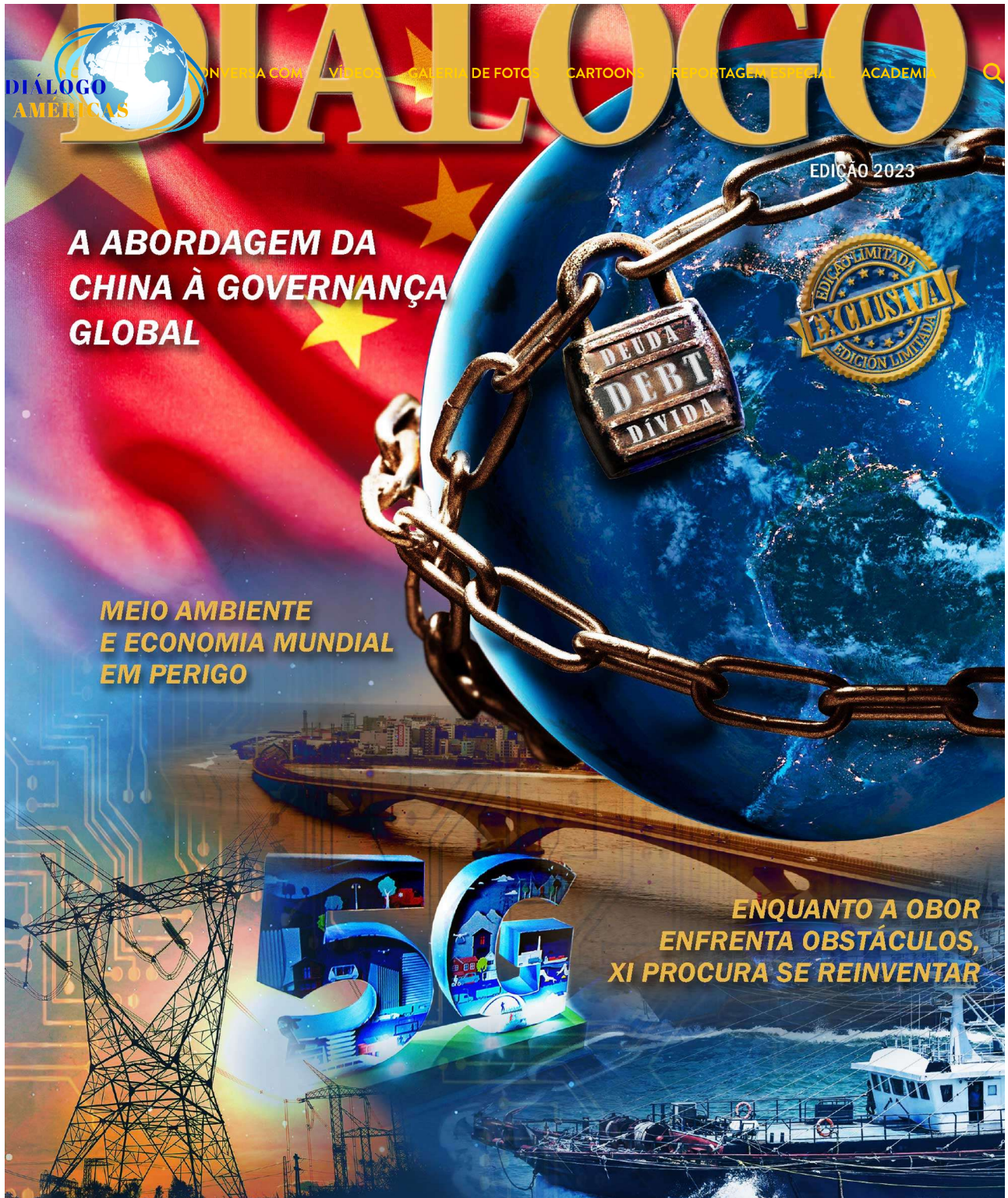
dezembro 04, 2023



**“Máquina maligna de desinformação russa” na América Latina**

dezembro 04, 2023

REVISTAS



Edição 2023

[Fazer o download de PDF](#)

Para obter mais informações sobre questões de segurança e defesa em todo o mundo, clique nos links abaixo:





Mapa do site

Arquivos

Revistas

Se inscrever

Contate-nos

Privacidade e segurança

Diretrizes editoriais



SELECIONE O IDIOMA

PORTUGUÊS ▼

Diálogo Américas ©2023



[CONVERSA COM](#)

[VÍDEOS](#)

[GALERIA DE FOTOS](#)

[CARTOONS](#)

[REPORTAGEM ESPECIAL](#)

[ACADEMIA](#)



Diálogo Américas Gerenciado Por [FWG Solutions ©2023](#)